

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.929 - MG (2019/0209720-3)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **LEOPOLDO COSTA**
AGRAVANTE : **ADECI ALVES COSTA**
ADVOGADO : **JOSÉ AUGUSTO COSTA E OUTRO(S) - SP131252**
AGRAVADO : **PETROSUL DISTRIBUIDORA TRANSPORTADORA E**
COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
ADVOGADOS : **ANA PAULA GUITTE DINIZ ZAMBONI E OUTRO(S) -**
SP199303
FERNANDA BARBOSA DA FONSECA - MG131749
DENILSON OLIVEIRA BISCAINO - SP319229

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. VALORAÇÃO DA PROVA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por LEOPOLDO COSTA e ADECI ALVES COSTA contra inadmissão, na origem, de recurso especial, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição da República, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (e-STJ, fl. 203):

RECURSO DE APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA NÃO PACTUADA. CONTAS TELEFÔNICAS. PERÍODO POSTERIOR AO CONTRATO. NOTAS FISCAIS SEM ASSINATURA. AUSÊNCIA DE PROVA DO RECEBIMENTO DO PRODUTO. ACOLHIMENTO PARCIAL DOS EMBARGOS. Não havendo previsão de fator no contrato de promessa de venda e compra de produtos, deverá incidir a correção monetária de acordo com os índices divulgados pela Corregedoria de Justiça do Estado. Comprovado nos autos, que o contrato de arrendamento finalizou em data anterior à data das contas telefônicas cobradas do arrendatário, não há falar em imputação ao arrendatário o pagamento de tais

Superior Tribunal de Justiça

contas. A regra do art. 476 do CC, de que o contratante, antes de cumprir a sua obrigação, não pode exigir o cumprimento da do outro, impõe a quem a argui, o ônus da prova da exceptio non adimpleti contractus. Nesta toada, o título desprovido de aceite, não comprova a entrega da mercadoria.

Opostos embargos declaratórios, restaram rejeitados nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 228):

EMBARGOS DECLARATÓRIOS - ART. 1022 NCPC - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU OBSCURIDADE E ERRO MATERIAL - PREQUESTIONAMENTO - NÃO ACOLHIMENTO - Ainda que voltados ao prequestionamento, para fins de interposição de recurso especial ou extraordinário, devem os embargos respeitar os requisitos previstos no art. 1022, do Novo Código de Processo Civil.

No recurso especial, as partes recorrentes alegam, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao art. 375 do Código de Processo Civil de 2015, sustentando, em síntese, que houve "o Tribunal não aplicou as regras da experiência na valoração das provas". (e-STJ, fl. 243).

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 248/251).

É o relatório.

Passo a decidir.

Primeiramente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

De início, quanto à alegação não aplicação das regras de valoração das provas, verifica-se, da leitura do acórdão recorrido, que o Tribunal de origem – apesar de opostos embargos declaratórios pela parte Recorrente – não se manifestou acerca do mencionado argumento, de modo a viabilizar o requisito do prequestionamento, indispensável ao conhecimento do recurso especial. Incide, à espécie, o óbice disposto na Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

Confira-se:

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO. SUSPENSÃO. OBRIGAÇÃO INDIVISÍVEL. COMPROVAÇÃO DO DOMÍNIO. DENUNCIAÇÃO À LIDE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Reapreciar as conclusões do aresto impugnado encontra óbice na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça diante da necessidade de reexame das circunstâncias fáticas da causa.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 704.352/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 14/02/2018) - g.n.

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DO AGRAVANTE.

1. A ausência de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos declaratórios, impede o conhecimento do recurso especial. Incidência da Súmula 211 do STJ.

1.1. Inexistência de alegação de violação do artigo 535 do CPC/73 - vigente à época - a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado quanto ao tema.

2. A decisão proferida pelo Tribunal de origem está em consonância com o entendimento desta Corte Superior, no tocante à validade da cláusula contratual de eleição de foro, atraindo a incidência da Súmula 83 do STJ. 3. Agravo interno

Superior Tribunal de Justiça

desprovido.

**(AgInt no AREsp 609.045/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI,
QUARTA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 27/09/2017)
- g.n.**

Destarte, patente o indispensável prequestionamento, inviável a pretensão das recorrentes.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Por conseguinte, considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários de sucumbência em 3% sobre o valor do proveito econômico obtido, em acréscimo ao já fixado para a parte recorrente.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator